

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A INTENCIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Yasmin Rodrigues Lins<sup>1</sup>

Emmanuelle de Souza Medeiros<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem a finalidade de propor o entendimento acerca do Serviço Social na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, tendo como alicerce um estudo bibliográfico com a análise crítica das referências de autores do Serviço Social, da Educação e de outras áreas que discorrem sobre a temática escolhida para o artigo. O presente trabalho aponta a necessidade de aprofundar a importância do profissional de Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional para contribuir com o aprendizado das nossas crianças.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Política. Serviço Social.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to propose an understanding of Social Service in Child Education. It is a qualitative research of exploratory nature, based on a bibliographic study with critical analysis of references from authors of Social Service, Education, and other areas that deal with the theme chosen for the article. The present work points out the need to deepen the importance of the Social Service professional in this social-occupational space to contribute to our children's learning.

**Keywords:** Early Childhood Education. Politics. Social Service.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito abordar a discussão do conhecimento acerca do Serviço Social na Política de Educação, visto que, essa ao mesmo tempo que não é nova, é incipiente, pois, ainda, há escassez de referenciais teóricos para

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco;  
yasmin.lins@ufpe.br

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco;  
emmanuelle.medeiros@ufpe.br.

PROMOÇÃO



APOIO

compreender a inserção da/o assistente social nesta área de atuação profissional. (LACERDA et al., 2021, p. 163). A partir dessa concepção, discorreremos brevemente sobre a trajetória histórica do Serviço Social na Educação com os principais avanços e desafios da categoria profissional, bem como o que o profissional do Serviço Social tem realizado nesse rico espaço sócio-ocupacional.

No tocante a procedimentos metodológicos, esses correspondem a um caminho do pensamento, que expressa de maneira detalhada como o artigo foi desenvolvido. Com fundamento nisso, pode-se considerar que o presente escrito é baseado no método crítico-dialético; por buscar compreender o todo e analisar os processos qualitativos por meio da análise da realidade em sua totalidade, isto é, a compreensão da totalidade dos sujeitos na construção e apreensão da realidade posta (GIL, 2008, p. 14 apud SARTURI, 2015, p. 14).

Assim, o percurso metodológico foi embasado na pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, tendo como alicerce para a sua construção textual um estudo bibliográfico e documental; este que segundo Gil (2002), possui uma série de vantagens, seja pelo seu baixo custo, seja pelo não contato com os sujeitos da pesquisa.

Dessa maneira, trata-se de um estudo com um rico arcabouço teórico, em que para o seu desenvolvimento teve a utilização da pesquisa bibliográfica, que é “desenvolvida com base em material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2002, p. 44). Sob essa lógica, o presente artigo oferece uma contribuição positiva no debate em relação ao Serviço Social imerso no campo da Educação Infantil, evidenciando o papel do profissional de Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. Como também, um chamado para discutir a essencialidade da primeira infância.

## 2. A INTENCIONALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## 2.1. A Primeira Infância e a Educação Infantil

A primeira infância abrange os primeiros seis anos de vida da criança (0 a 6 anos) e é um período crucial para o seu desenvolvimento físico, psicológico, motor, sensorial e social. Durante essa fase, o cérebro humano passa por um intenso processo de evolução, especialmente nos primeiros quatro anos de idade, o que permite o desenvolvimento de habilidades psicomotoras e sensoriais. Investir nessa fase é fundamental para promover um desenvolvimento saudável. A primeira infância é marcada pelo desenvolvimento das potencialidades da criança, impulsionado pelo crescimento cerebral acelerado e pela capacidade de aprendizado rápido. É importante proporcionar um ambiente saudável e estimulante para que as crianças possam ter experiências positivas nessa fase.

No Brasil, a primeira infância tem sido objeto de destaque nas discussões políticas, especialmente após a criação do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) em 2010. O foco nessa faixa etária está alinhado com a importância desse período na vida humana como um todo, garantindo os direitos específicos das crianças. As experiências vivenciadas na primeira infância têm um impacto significativo na vida da criança e em suas relações futuras. Portanto, é necessário proporcionar um ambiente acolhedor, seguro e protetor que favoreça o desenvolvimento de suas potencialidades e proteja seus direitos.

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil e é responsável pela construção das estruturas psicomotoras, afetivas, sociais e cognitivas nos primeiros anos de vida. Ao longo dos anos, a educação infantil tem ganhado espaço no discurso político e nas políticas educacionais, reconhecendo-se seu papel como um direito social e educacional das crianças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) estabelece a obrigação do Estado em oferecer ensino público para crianças de zero a seis anos, dividindo a educação infantil em creche (zero a três anos) e pré-escola (quatro a seis anos). A creche foi reconhecida

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996, n.p).

Essa que também se constitui enquanto uma política social, uma vez que “[...] pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social.” (ALMEIDA, 2005, p. 10). Trata-se de um complexo constitutivo social presente nas diversas maneiras de sociabilidade enquanto parte do próprio processo social de reprodução da humanidade. Se apresenta também como suscetível às especificidades postas e aos rebatimentos impostos pelo contexto econômico, político e social, em que está inserida. (MÉSZÁROS, 2008).

Nessa perspectiva, ao reconhecer a inserção dessa política na sociabilidade capitalista, em sua expressão institucionalizada, se configura em um direito social, em que está inscrita no solo da emancipação política; a efetivação e o reconhecimento se encontram marcados pela contradição existente entre capital e trabalho, além da consequente disputa entre classes e interesses contraditórios. (NASCIMENTO, 2020). De maneira ampliada, a educação tem a capacidade de apropriar todo o arcabouço teórico ao longo da história para proporcionar o desenvolvimento da capacidade criativa e crítica do ser humano; dado que, em seu cerne, possui a potencialidade de contribuição para a construção de vivências emancipatórias. (MÉSZÁROS, 2008).

Diante disso, procura-se reconhecer essa política enquanto um dos espaços profissionais da/o assistente social. Sendo assim, uma atuação profissional comprometida com o fortalecimento do projeto da profissão de Serviço Social, se referenciando a partir de uma concepção de educação de caráter crítico e emancipatória. Além disso, com a capacidade de possibilitar aos indivíduos o progresso de suas potencialidades enquanto sujeitos; uma vez que a concepção apresentada tem o respeito à diversidade humana, o valor ético central e a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



emancipação dessa humanidade como horizonte a ser construído. (MEDEIROS, 2013).

Ao considerar o aparecimento dos profissionais de Serviço Social no campo educacional, esse se dá desde a década de 1930 por meio da “dimensão educativa de seu trabalho e o campo de formação profissional, com a gênese do Serviço Social que nasce conforme transformações societárias e a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista.” (SANTOS, L. 2019, p. 32). No que se refere à atuação profissional nas escolas no Brasil, tem-se registros de que o estado de Pernambuco, em 1928, por meio de um ato governamental, foi criado um chamado corpo de visitadoras, composto por assistentes sociais. Tinham como função visitar as famílias dos alunos, com o objetivo de conhecer os meios em que estes viviam, bem como zelar pela saúde dos escolares e incentivar hábitos sadios para os responsáveis. (SANTOS, A., 2019, p. 68).

Dando continuidade ao exposto, Amaro (2017) aponta a implementação do Serviço Social em escolas e em atividades relacionadas à agenda da educação, no estado do Rio Grande do Sul, como política pública, no início dos anos 1940 do século passado. Assim, foi instituído enquanto um serviço ligado à assistência ao escolar da antiga Secretaria de Educação e Cultura, por meio do Decreto nº 1.394, de 25 de março de 1946. Desse modo, podemos pontuar que o período “entre as décadas de 1930 e 1950 como de institucionalização e consolidação do Serviço Social no espaço de educação [...]” (WITIUK, 2016, p. 9-10); e que “não se configura como uma demanda nova à categoria profissional, mais que historicamente foi requisitada pelo estado, na ótica do controle social, da disciplina e do ajustamento.” (SANTOS, A., 2019, p. 69).

A partir dos anos 1990, é importante pontuar a crise na educação, em um cenário marcado pela difusão e flexibilização do neoliberalismo. Logo, o avanço da filantropia e do setor privado, a redução do papel do Estado e a redução ou não da priorização de investimentos públicos desencadearam o desprestígio dos educadores. Nesse caso, muitos profissionais do Serviço Social, que não tinham

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



apenas o cenário educacional como atuação, migraram para outras áreas de inserção. (WITIUK, 2016).

No entanto, aos que restaram nesta área, ocorre uma nova configuração na atuação, ao assumir definitivamente as atribuições de “equipe de saúde escolar”. Sob essa perspectiva, alguns setores relacionados à pasta de saúde estatal, mesmo que fisicamente no espaço escolar, passam a ampliar sua atenção às expressões da questão social emergente nas escolas. Dessa maneira, situações antes atendidas unicamente por médicos, psicólogos e nutricionistas passam a contar também com a abordagem das/os assistentes sociais. Trata-se de casos de alunos/as vítimas de discriminação - étnica ou de gênero - alunos com deficiências, dentre outros. (AMARO, 2017).

Além disso, apesar desse cenário, na segunda metade da década de 1990, com a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada e conhecida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, se tem uma crescente inserção de assistentes sociais, principalmente nas escolas públicas municipais. Isso também ocorreu em paralelo com o processo de amadurecimento e concretização do projeto ético-político da profissão. A LDB representou significativos impulsos no âmbito educacional do país e, ao considerar sua anteriormente aprovação, é válido ressaltar que os profissionais de Serviço Social também já atuavam em outras realidades escolares.

De acordo com essa questão, mediante à validação da LDB, se tem o destaque da migração dos profissionais de Serviço Social para a política de educação infantil, com a transformação das creches em escolas de educação infantil (SANTOS, A., 2019). Assim, uma relação maior no que diz respeito à política de educação e o Serviço Social, tendo em conta que, a partir desse momento, ocorre a inserção de um debate maduro e profundo, uma vez que

Os novos significados que o campo educacional passou a ter para os assistentes sociais, contudo, podem ser examinados a partir de dois eixos, a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissionais. (ALMEIDA, 2000, p. 20).

Dessa forma, a LDB se caracterizou como um marco para o início de mudanças nesse campo de atuação, tendo em consideração as transformações no cenário com o objetivo de atender à lógica expansionista de oportunidades e ofertas na área educacional. Isso “envolve as alterações nas formas de empregabilidade e na relação da esfera público-privada que fazem relação direta com o âmbito educacional e que estão sob o controle do Estado.” (SANTOS, L., 2019, p. 35). Nessa circunstância, a/o assistente social passa a fazer um movimento de redefinição das possibilidades de sua intervenção, porquanto, o interesse não é apenas a um novo campo de trabalho; mas retrata um conjunto de mudanças significativas para uma das áreas de atuação da profissão. Diante do exposto, Almeida (2000, p. 22) afirma que:

Um exemplo bastante ilustrativo é o que vem ocorrendo com as creches públicas. Tradicionalmente vinculadas à política de assistência e às secretarias de governo de assistência, promoção ou desenvolvimento social em quase todos os municípios do Brasil, hoje vêm passando por um processo de reconhecimento também pelas secretarias de educação, algumas sendo levadas a uma transferência de responsabilidade e outras a uma dupla vinculação. Este fenômeno é tanto determinado pelas novas requisições impostas pela LDB, como pela concorrência por recursos no âmbito da assistência social, em virtude da redução de gastos públicos.

Nesse contexto, é válido pontuar o desenvolvimento de ações e programas para o campo educacional e, assim, o surgimento de novas demandas que abrem espaço para o trabalho da/o assistente social na educação. Discussões que não eram presentes nos espaços educacionais e nas escolas, são evidenciadas e, conseqüentemente, necessitam de profissionais capazes de lidar com esses aspectos sobre infância, violência, família, cidadania, dentre outros; ou seja, discussões de temas que constituem a vivência profissional da/o assistente social atuante em diversos projetos institucionais.

PROMOÇÃO



APOIO



Ademais, uma conquista da lutas das categorias de Serviço Social e também, Psicologia, foi o então PL 3.688 3.688-G/2019 é aprovado, em 11 de dezembro de 2019 e, em seu texto original, destaca que

#### LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 (...)

**Art. 1º** As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. **§ 1º** As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

**§ 2º** O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2019, n.p, grifo nosso).

Em suma, a criação dessa Lei, é sem dúvidas, uma vitória para as profissões de Serviço Social, da Psicologia e da Educação, sobretudo ao considerar o cenário de crise frisado pelo autoritarismo e desmontes aos direitos sociais. Partindo desse pressuposto, torna-se perceptível que ao longo da sua trajetória, o Serviço Social, tem uma expansão profissional por meio de novos espaços sócio-ocupacionais, assim como, a (re)inserção na política de educação.

Em face do exposto, ao levar em consideração o trabalho da/o assistente social no contexto escolar apresenta um papel significativo para uma compreensão mais ampla da escola e, conseqüentemente, da política de Educação. Por certo, estas são analisadas e articuladas com base no contexto social da sua totalidade e, nessa lógica, a atuação profissional do Serviço Social precisa estar instruída numa perspectiva crítica; visando os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que possam interferir na realidade dos sujeitos usuários dessa política. (LIMA et al., 2020).

Resumidamente, podemos considerar que as funções privativas da/o assistente social na política de Educação também pode ocorrer em conjunto com uma equipe multiprofissional composta por pedagogas/os e psicólogas/os, por exemplo, para a elaboração e a execução de planos. Além disso, por meio do

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Serviço Social, há a participação em seminários, projetos escolares, planejamento, conselhos e eventos escolares, como os dias da família e de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Alicerçado nisso, temos a inserção da/o assistente social na educação em prol do “desenvolvimento do trabalho profissional que vem ao encontro do atendimento às expressões da questão social vivenciadas e refletidas na realidade escolar.” (SANTOS, 2019, p. 83). Ademais, no âmbito educacional, se percebe a direção para a execução de um trabalho profissional no viés preventivo. Esse exercício profissional, em tese, também acontece na educação infantil, essa que é tida como a primeira etapa da educação básica mediante o artigo 29 da LDB de 1996. (BRASIL, 1996, n.p).

Ao ponderar o espaço da educação infantil como campo de atuação do Serviço Social, é essencial que esses profissionais sejam inseridos com fundamentação no entendimento de um espaço, em que diversas expressões da questão social estão presentes, como situações de violência doméstica, sexual, verbal, física, entre outras; desemprego, preconceito, trabalho infantil, falta de recursos físicos e materiais por parte da escola para atender crianças com deficiências, dentre outras expressões. Logo, no cotidiano profissional, a/o assistente social é desafiado/a dar respostas qualificadas às diferentes expressões da questão social, inclusive a da violência.

Analisando que o objeto deste estudo versa sobre a atuação profissional do Serviço Social na educação infantil, é perceptível que sua prática, comumente, é baseada no exercício no espaço sócio-ocupacional educacional, conforme abordado anteriormente neste subtópico. Ainda por cima, no contexto da educação infantil, evidencia que “as funções de guarda, cuidado e proteção continuam sendo importantes, tendo-se em vista o atendimento integral à criança.” (CAMPOS, 2012, p. 54).

Desse modo, ao considerar o trabalho da/do assistente social nesse cenário, é válido pontuar que continua sendo significativo ações de caráter preventivo e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



promocional que excedam o atendimento à criança na pré-escola e/ou na creche; como também que possam atingir suas famílias e o meio social em que vivem, pois

No caso de programas voltados para crianças, por exemplo, é preciso que, além da oferta de atividades de desenvolvimento infantil, seja dado também o apoio social às famílias dessas crianças, de modo a permitir que essas famílias pouco a pouco assumam a responsabilidade de buscarem elas próprias um processo de promoção social, de crescimento e de desenvolvimento. Um processo de autopromoção e de promoção familiar. (BRASIL, 1999 v. 1, p. 10 apud CAMPOS, 2012, p. 54).

Nessa perspectiva, é adequado salientar que as crianças que integram a educação infantil, fazem parte de um dos segmentos explanados pela Política de Assistência Social enquanto destinatários de suas ações. Isso ocorre por meio da garantia do atendimento adequado e necessário a essa faixa etária mediante às redes de inclusão e proteção; sendo a elas, ofertados serviços assistenciais, educacionais e de saúde com atividades integradas, de caráter promocional e preventivo, sem esquecer o atendimento às famílias. (CAMPOS, 2012).

É importante ressaltar que essa articulação não interfere nas funções do profissional no que se refere à política de educação, mas também se revela como um desafio para assegurar um melhor atendimento qualitativo nos aspectos emocional, físico, intelectual e social. Sob esse viés, a atuação profissional e técnica da/o assistente social, no interior das instituições da educação infantil, está pautada em diretrizes de necessária relevância para assegurar um trabalho de caráter não exclusivamente educativo e nem prioritariamente assistencial, porém socioeducativo.

Portanto, o exercício profissional de Serviço Social na educação infantil, tem como foco o atendimento integral e de qualidade à criança na perspectiva da garantia do direito social e de inclusão nas creches e pré-escolas; mas também irá priorizar ações que caracterizem a Política de Assistência Social no seu sentido mais amplo. Ademais, tem como fundamento ordenamentos legais brasileiros - diretrizes, especificidades e princípios - no que se refere à educação infantil que comprovam mudanças de inegável importância, as quais permeiam e determinam -

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

novas - formas de intervenção em conjunto às crianças de zero a seis anos de idade.

### 3 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou aprofundar o entendimento acerca da atuação da profissão do Serviço Social na Política de Educação, sobretudo, na Educação Infantil por ser responsável por trabalhar com crianças da Primeira Infância. A inserção da/o assistente social no espaço sócio-ocupacional da escola, ao mesmo tempo que não é nova, é incipiente em razão da escassez de estudos para compreender mais essa atuação, já que a sua implementação remonta aos anos iniciais da profissão.

A integração do profissional de Serviço Social ao ambiente escolar ganha importância por está habilitada a atuar no enfrentamento das mazelas sociais por meio do desenvolvimento de ações e potencialidades para a efetivação dos direitos das/os estudantes. Logo, o espaço escolar apresenta expressões da questão social e, por isso, se torna um espaço de atuação profissional mediante às dimensões da profissão. Uma dessas atuações diz respeito à contribuição para a emancipação dos sujeitos e da transformação social por meio da socialização de informações e, conseqüentemente, da promoção ao exercício da cidadania.

A partir dos marcos legais relacionados à política da Educação, como a LDB/1996, se torna perceptível a finalidade própria da Educação Infantil para as crianças; além da compreensão das/os trabalhadores/as estarem preparados de maneira condizente com a realidade e suas peculiaridades para trabalhar com essa faixa etária. Diante disso, tida como a primeira etapa da educação básica oferecida em creches e pré-escolas, a educação infantil se constitui de avanços significativos e jurídicos com diretrizes, princípios, fundamentos, orientações, dentre outros, para melhor atuação das/os profissionais nesse ambiente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. **Revista Inscrita**, Brasília – DF: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, n. 6, 2000. Disponível em: [https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess\\_\\_6\\_](https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__6_). Acesso em: 15 jun. 2023.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Parecer sobre os projetos de Lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial**, São Paulo, ano 4, n. 26, nov./ 2005.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: Fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2017. ISBN 978-85-326-5439-7.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [2019]. 131 p.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm). Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Presidência da República: Brasília – DF, 11 dez. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.935%2C%20DE%2011,Art..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.935%2C%20DE%2011,Art..) Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Brasília – DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais). Acesso em: 15 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CAMPOS, Lidiane Dermínio Silveira. **O profissional de Serviço Social na Educação Infantil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

FELDMAN, Ruth; PAPALIA, Diane. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACERDA, Irisneide Antonio de et al. Relatos de uma experiência profissional no município de João Pessoa (JP): o lugar do serviço social na Educação Básica. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira et al (org.). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: Edufba, 2020. 389 p.

LIMA, Adriana Rosado Maia de et al. Serviço social e Educação Básica no município de João Pessoa (PB). In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira et al. (org.). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: Edufba, 2020. 389 p.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a Construção da Cidadania**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Andréia Lucena de Gois. **Serviço Social & Educação: uma análise sob a perspectiva do projeto ético-político da profissão**. Curitiba: CRV, 2020. 150 p. ISBN 978-85- 444-3978-4.

NASCIMENTO, Patrícia Helena dos Santos. **Direito ao Lazer e Primeira Infância: uma análise sobre os COMPAZ do Recife**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Recife, 2022.

OLIVEIRA, Macdouglass. **“Entre” Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus: O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

PALACIOS, Jesús. Psicologia evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

**Desenvolvimento psicológico e educação:** Psicologia Evolutiva. Tradução: Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PALACIOS, Jesús; MORA, Joaquín. Crescimento físico e desenvolvimento psicomotor até os dois anos. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** Psicologia Evolutiva. Tradução: Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PIOVESAN, Josieli et al. **Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.** 1. ed. Santa Maria – RS: UFSM; NTE, 2018. [E-book]. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18336/Curso\\_Lic-Comp\\_PsicologiaDesenvolvimento-Aprendizagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18336/Curso_Lic-Comp_PsicologiaDesenvolvimento-Aprendizagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 jun. 2023.

REDE Nacional da Primeira Infância [RNPI]. **Plano Nacional pela Primeira Infância 2010- 2020 | 2020-2030.** 2. ed. Brasília – DF: ANDI Comunicação e Direitos, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, André Michel dos. **Gestão Democrática e Serviço Social:** limites e possibilidades da atuação do assistente social na escola pública – Limeira/SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle – UNILASALLE, Canoas, 2013.

SANTOS, André Michel dos. **Serviço Social na Educação:** um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SANTOS, Lorena Costa Batista dos. **Serviço Social e Educação:** balanço da produção de conhecimento sobre o trabalho do/a assistente social em escolas públicas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

TORRES, Elisa Mariana. **A Educação Infantil no Plano Nacional pela Primeira Infância.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação), Campinas, 2021.

WITIUK, Ilda Lopes. Prefácio da segunda edição. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org.). **Serviço Social na Educação:** Teoria e Prática. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2014. ISBN 978- 85-65540-12-4.

PROMOÇÃO



APOIO